



Reforma da Previdência

Conheça as mentiras divulgadas para acabar com a nossa aposentadoria

A reforma da Previdência está baseada em mentiras propagadas pelo governo Bolsonaro, parlamentares e a imprensa para atender aos interesses do mercado financeiro e magnatas. Durante as votações na Câmara, o governo liberou mais de R\$ 3 bilhões em emendas para "convencer" os deputados. Conheça as principais FAKENEWS que foram ditas para a aprovação do desmonte da Previdência Pública

Tem rombo na Previdência? Mentira!

Mesmo com a elevação do tempo de vida do brasileiro, o orçamento da Previdência não dá prejuízo porque é composto por impostos (COFINS e CSLL), contribuições do trabalhador na folha, do empregador e do Estado.

No entanto o governo federal utiliza parte do orçamento para pagamento da dívida com o mercado financeiro (superávit primário) através da Desvinculação das Receitas da União (DRU) que pode ser de até 30% e, em 2019, deve chegar a R\$ 132,8 bilhões. Além disso as dívidas e renúncias de empresas ao sistema ultrapassam os R\$ 500 bilhões.

Acaba com privilégios? Mentira!

O texto aprovado manteve privilégios a militares, policiais, magistrado federal e políticos (que só vão entrar na reforma os eleitos nas próximas eleições, se não mudar até lá). Os principais afetados com a reforma serão os trabalhadores no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que têm aposentadoria média de R\$ 1.400,

sendo que 66% (23 milhões de pessoas) recebem até um salário mínimo.

Servidores públicos contribuem pouco e aposentam cedo? Mentira!

Os servidores contribuem com 11% do total da remuneração e continuam contribuindo depois de se aposentar. Além disso é também mentirosa a afirmação de que estes trabalhadores se aposentam cedo. A partir de 1998 os servidores passaram a ter idade mínima para a aposentadoria de 60 anos para homens e 55 para mulheres.

Apesar de ser 5 anos menor que a exigida do regime geral, o tempo de contribuição é maior: 35 anos (homens) e 30 (mulheres), enquanto na iniciativa privada a média é de 15 anos.

Sem a reforma o País vai quebrar? Mentira!

O governo e a mídia dizem que para o país voltar a crescer precisa uma redução drástica de gastos públicos, que isso animaria os agentes econômicos. O FMI [Fundo Monetário Internacional] pregava



isso e hoje ele próprio não acredita mais nesta fórmula. Dizer que o Brasil vai quebrar é alarmismo. A reforma da Previdência, se aprovada do jeito que está, não pode gerar desenvolvimento. Ao contrário, ela vai tirar dinheiro do consumo dos pobres para concentrar os recursos nas mãos dos especuladores financeiros, sem criar investimento e empregos.

Quem ganha menos paga menos? Mentira!

O governo propagandeou que os mais pobres pagariam menos com a aprovação da reforma. Essa é mais uma mentira. Os trabalhadores que recebem na faixa de um salário mínimo devem pagar cerca de R\$ 5 a menos por mês e deverão contribuir até 10 anos a mais para se aposentar.

**MANIFESTAÇÃO contra a Reforma da Previdência
HOJE, 13/8, às 17h, no MASP. Participe!**

Nova política?

Reforma foi aprovada com compra de votos

Contrariando o discurso de Bolsonaro, que criticava a política do toma-lá-dá-cá durante as eleições, a reforma foi aprovada em segundo turno na Câmara com a liberação de bilhões em emendas para “convencer” os deputados

Na véspera da aprovação, o presidente enviou ao Congresso um projeto de lei que garantiu no orçamento federal o valor de R\$ 3 bilhões para que os ministérios cumpram emendas de parlamentares. A ação foi uma forma de garantir a votação.

Agora, o Congresso tem que autorizar a abertura do crédito para que Bolsonaro cumpra o acordo feito com os de-

putados para torná-los favoráveis à proposta da reforma. A liberação de verbas condicionada a um projeto do Executivo é uma prática antiga, chamada de toma-lá-dá-cá, uma barganha no Legislativo.

Em troca de apoiar uma medida impopular, os deputados recebem as emendas que serão usadas em obras e investimentos nos seus redutos eleitorais.

Câmara rejeita mudanças pedidas pela oposição

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, no dia 7/8, todos os pedidos de alteração feitos pela oposição para a reforma. Durante a sessão de votação dos destaques (sugestões de mudança), os parlamentares recusaram, por exemplo, a retirada do trecho da PEC 6 que prevê pensão inferior ao salário mínimo nos casos em que há acumulação com outras fontes de renda.

Também foi recusada a proposta da oposição sobre o abono salarial. O benefício é pago anualmente a trabalhadores que recebem até dois salários mínimos (R\$ 1.996). O texto da reforma baixa o limite para R\$ 1.364,43.

A luta contra a reforma agora é no Senado. A PEC da reforma (6/2019) foi entregue ao Senado no dia 8/8. O governo quer aprová-la até o início de outubro.



Bolsonaro tira R\$ 1 bi da Educação para aprovar reforma

Para aprovar a reforma da Previdência, o governo de Jair Bolsonaro liberou R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares, durante as negociações para conquistar apoio ao projeto. Deste montante, quase R\$ 1 bilhão foi remanejado do orçamento do Ministério da Educação (MEC).

O desvio será regulamentado por um projeto de lei do Executivo, encaminhado na terça-feira (6/8), que irá

garantir o recurso das emendas. O total que sairá do MEC, o principal afetado, é de R\$ 926 milhões.

O dinheiro seria destinado para ações como o apoio à manutenção da educação infantil, concessão de bolsas na educação superior e básica e apoio ao funcionamento de instituições federais de ensino. Como já estamos cansados de saber, Educação não é prioridade para Bolsonaro.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Confira as injustiças contra os trabalhadores

Aprovada em dois turnos na Câmara Federal, agora a tramitação da reforma da Previdência (PEC 6/2019) ocorrerá no Senado. As mudanças nas regras dificultam a aposentadoria, reduzem os valores dos benefícios e aumentam o tempo de contribuição de milhões de brasileiros, sobretudo dos mais pobres

Veja as 5 maiores maldades da reforma:



1 - Idade mínima dificultará acesso



A reforma extingue a aposentadoria por tempo de contribuição e impõe idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens. Assim vai afastar ainda mais a população trabalhadora da Previdência. Além disso

a reforma exige um tempo mínimo de contribuição de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens (aos novos contribuintes).

2 - Trabalhar mais para ganhar menos

As aposentadorias serão calculadas pela média de 100% das contribuições feitas ao



longo da vida (atualmente é a média dos 80% maiores salários) multiplicada pelo fator previdenciário. A mudança vai reduzir o valor dos benefícios, impactando na renda das famílias. As regras para ter acesso ao benefício integral da aposentadoria dependerão de contribuição por 35 anos para mulheres e 40 para os homens.

3 - Pensão por morte abaixo do mínimo

A reforma acaba com pensão de 100% do benefício que o segurado que morreu recebia ou teria direito e reduz para 50% mais 10% por dependente. A viúva perderá 10% por dependente que completar 22 anos até chegar nos 60% que receberá enquanto viver. Dessa maneira o benefício poderá ser menor que um salário mínimo.



4 - Aposentadoria por invalidez

O trabalhador que sofrer acidente ou contrair doença fora do trabalho terá direito a apenas 60% do valor da aposentadoria por invalidez, acrescido de 2% para cada ano que exceder 20 anos de contribuição, no caso de homem e 15 anos, se for mulher.



5 - Aposentadoria especial

A reforma estabelece idades mínimas de 55, 58 e 60 anos, que variam de acordo com o grau de risco ao trabalhador, para a aposentadoria especial por trabalho exposto a agente nocivo. O benefício será calculado pela média de todo tempo de contribuições e equipara homens e mulheres.



Mande e-mails, tweets e mensagens aos senadores para que **votem contra** essa medida.

Participe da **MANIFESTAÇÃO** contra a Reforma da Previdência. **HOJE, 13/8, às 17h, no MASP**